

12 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar. Se a lista de ordenação final, devidamente homologada, contiver um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, será constituída uma reserva de recrutamento interna.

13 — Composição do júri:

Presidente: Dr.ª Ana Paula da Silva Alexandre e Sousa, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal efetivo: Dr. Sérgio José da Cunha Silva, Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

2.º Vogal efetivo: Dr.ª Susana Cristina Paulo Ribeiro, Técnico Superior do Departamento de Gestão Recursos Humanos, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

1.º Vogal suplente: Enf.ª Maria Irene Catarina Soares Pires, Enfermeira do Departamento de Emergência Médica,

2.º Vogal suplente Dr. João António dos Reis Lourenço, Técnico Superior do Gabinete de Gestão de Compras e Contratação Pública.

14 — Posicionamento remuneratório:

a) Nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, com os limites estabelecidos pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro.

b) A posição remuneratória de referência é a 2.ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior correspondente ao 15.º nível remuneratório da tabela única — 1201,48€.

15 — Os candidatos podem solicitar ao Presidente do Júri o acesso às atas, que contém os parâmetros de avaliação, critérios de ponderação e respetiva grelha classificativa e sistema de valoração global e final.

16 — De acordo com o referido no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos excluídos serão notificadas por email com recibo de entrega, para a realização da audiência de interessados sendo que se considera que os candidatos que preencham o seu e-mail no formulário referido em 9., autorizam a que se utilize o mesmo, com aviso de entrega, como meio de notificação legal.

17 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar será efetuado através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível público da sede do INEM, I. P. e disponibilizada na sua página eletrónica (www.inem.pt), sendo os candidatos notificados por email com recibo de entrega.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada por email com recibo de entrega.

19 — A lista unitária de ordenação final, após homologação do Conselho Diretivo do INEM, I. P., é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público da sede do INEM, I. P. e disponibilizada na página eletrónica (www.inem.pt).

20 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego: Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 de agosto de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

209808278

Aviso (extrato) n.º 10457/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por despacho de 10 de agosto de 2016, foi homologada a avaliação de Vera Isabel da Canhota Escudeiro, que concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, na sequência da conclusão da 15.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA com sucesso e da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de novembro de 2015, tendo-lhe sido atribuída, a classificação de 17,696 valores ao seu período experimental.

12 de agosto de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

209809469

Aviso n.º 10458/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 27 de julho de 2016 do Conselho Diretivo do INEM, I. P., foi homologada a avaliação final do período experimental de 10 dos trabalhadores que celebraram contrato

de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Técnico em funções de Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de 70 postos de trabalho, aberto pelo Aviso n.º 3093/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 24 de março de 2015, tendo-lhes sido atribuídas as avaliações constantes da lista abaixo, concluindo com sucesso o seu período experimental a partir da data da referida homologação.

Nome	Avaliação Final
Ana Rita Vieira Gonçalves.	15,60
Catarina Alexandra Marquez Novais	14,49
Diogo Manuel Ferreira Vencá	14,73
Filipa Isabel Ramos Pereira Carvalho	14,38
Luis Ricardo Salazar Reis	15,96
Nuno Jorge Mamede de Sousa Torres	15,32
Patricia Alexandra Rodrigues da Costa	15,27
Paulo Alexandre Pereira Ramos Gonçalves	14,71
Raul Emanuel Almeida Lopes	16,01
Sónia Alexandra Pereira Martinho	15,45

12 de agosto de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

209809436

Deliberação (extrato) n.º 1296/2016

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., de 27 de julho de 2016, nos termos e ao abrigo dos números 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 128/2015 de 3 de setembro, foi designado, em regime de substituição, com efeitos a 25 de julho de 2016, a licenciada Cátia Alexandra Ribeiro Alves, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador do Gabinete de Marketing e Comunicação, unidade prevista no artigo 16.º da Portaria n.º 158/2012 de 22 de maio, uma vez que preenche os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções, como resulta da nota curricular anexa.

Nota Curricular

Cátia Alexandra Ribeiro Alves nasceu em Lisboa, em 16 de setembro de 1981.

Formação Académica:

Licenciatura em Ciências da Comunicação e da Cultura pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Especialização em Jornalismo (Imprensa) pelo Centro Protocolar de Formação para Jornalistas.

Formação Profissional Relevante:

Gestão de Equipas (2015); Social Media Marketing (2011); Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (2010); Gestão de Informação Documental (2006); Certificate of Proficiency in English (2000).

Experiência Profissional:

De outubro de 2011 a julho de 2016 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Técnica Superior no Gabinete de Marketing e Comunicação.

De janeiro de 2010 a outubro de 2011 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Técnica Superior no Conselho Diretivo.

De janeiro de 2009 a dezembro de 2010 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Assistente Técnica no Gabinete de Qualidade.

De setembro de 2006 a dezembro de 2008 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Assistente Técnica no Gabinete de Marketing e Comunicação.

De janeiro de 2004 a setembro de 2016 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Assistente Técnica do Departamento Administrativo e Financeiro.

Outras Funções:

Membro do júri (2.º Vogal efetivo) do Procedimento Concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira de Técnico Superior — Referência TS-GMC 01/2015 — publicitado no *Diário da República* 2.ª série n.º 14;